

Noronha Figueiredo, Pedro Osmar Flores de

Políticas sociais de esporte e lazer em tempos de megaeventos

10mo Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias

9 al 13 de septiembre de 2013

CITA SUGERIDA:

Noronha Figueiredo, P. O. F. (2013) Políticas sociais de esporte e lazer em tempos de megaeventos [en línea]. 10mo Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias, 9 al 13 de septiembre de 2013, La Plata. En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3338/ev.3338.pdf

Documento disponible para su consulta y descarga en **Memoria Académica**, repositorio institucional de la **Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)** de la **Universidad Nacional de La Plata**. Gestionado por **Bibhuma**, biblioteca de la FaHCE.

Para más información consulte los sitios:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar> <http://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar>



Esta obra está bajo licencia 2.5 de Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 2.5

POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo
tatu.pedro@gmail.com

Secretaria de Educação do Distrito Federal – Universidade de Brasília

RESUMO

Este texto pretende realizar uma reflexão preliminar sobre a situação das políticas sociais de esporte e lazer na Política Nacional de Esporte no contexto em que são realizados uma série de Megaeventos Esportivos no país. Levanta-se a hipótese que a entrada dos Megaeventos como pauta recorrente na agenda pública brasileira, deve-se a uma estratégia de acumulação do capital em detrimento da democratização do acesso ao esporte e lazer como direitos sociais. As ponderações a seguir tiveram como procedimento metodológico uma Revisão Bibliográfica de farta literatura encontrada na disciplina, que contou com leitura, breves sistematizações e discussões coletivas de textos (livros, capítulos e artigos científicos), bem como, que permitiram realizar articulações com o objeto escolhido pelo pesquisador. O paradigma para a análise que permeia todo o projeto é o materialismo histórico dialético. Seguindo a tradição marxiana, a pesquisa estará permeada pelas categorias da dialética na análise do objeto: a totalidade, a contradição, a mediação (NETTO, 2011). O texto está estruturado da seguinte maneira: introdução; problematização acerca da realização de Megaeventos Esportivos como fenômeno recente da política brasileira; delineamento da era Lula-Dilma a partir do projeto Neodesenvolvimentista e do ideário Neoliberal, configurados nas políticas econômicas e sociais dos Governos Lula e Dilma, análise da Política Nacional de Esporte como expressão desses projetos; compreensão do local das políticas sociais de esporte e lazer nesse contexto e o papel dos Megaeventos como estratégia de acumulação do capital; reflexão sobre as manifestações populares do “Junho brasileiro” e as reivindicações em torno dos Megaeventos; e por fim as conclusões preliminares.

Palavras-chaves: Políticas Sociais, esporte, lazer, Megaeventos.

O PAÍS DO FUTEBOL EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS

Será realizado nos próximos anos no Brasil, dois dos maiores eventos esportivos do mundo: A Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. As realizações desses Megaeventos permeiam o imaginário do povo brasileiro pela sua identificação com o esporte, e principalmente com o futebol.

O Brasil é mundialmente conhecido como o país do futebol, que pese este ser de origem européia (inglesa), no contexto pós-revolução industrial.

Pode-se dizer que o esporte é um fenômeno moderno surgido a partir do século XVIII, cujas características são próprias da sociedade vigente: competição físico-técnica, record, racionalização e cientificação do treinamento (BRACHT, 1997).

Aos fins do século XIX, o futebol foi trazido ao Brasil e inicialmente praticado pela elite brasileira. As camadas populares eram elijadas das práticas esportivas e a segregação também se dava no âmbito dos expectadores. Pobres e negros, carregados de características negativas de reforço à uma suposta inferioridade, ficavam nas arquibancadas populares enquanto que as elites tinham seus lugares cativos nas tribunas oficiais.

Devido a participação do Brasil em competições internacionais (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo), houve uma expansão do esporte no país, que somada a entrada do esporte no tempo liberado do trabalho nas fábricas¹ contribuiu para uma ‘proletarização’ do esporte, principalmente, após os dois governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e aprofundada na década de 1960, a partir do Governo Juscelino Kubistchek (1946 a 1960).

Deste modo, a identidade do povo brasileiro foi sendo construída ao longo do século XX em torno de elementos que pudessem proporcionar um sentimento de unidade nacional. O futebol foi um desses principais elementos, servindo como catalisador de um sentimento nacionalista e patriótico, além de um instrumento poderoso de unificação social (BRACHT, 1997).

Com o advento da Copa do Mundo do Brasil de 2014, essa exacerbação em torno do futebol no imaginário do brasileiro toma contornos especiais. Uma das questões, fortemente alardeada, trata-se dos impactos, na maioria de ordem positiva, que a realização de um megaevento desse tipo exerce sobre o país e principalmente nas cidades onde o mesmo ocorre. A esses impactos denominam-se legados sociais², onde se preconizaria um processo de aceleração da regeneração urbana (melhoria da mobilidade etc), criação de empregos, aumento do turismo, entre outros (HARVEY, 2006).

Mas as coisas não são tão simples assim. A organização e realização de megaeventos esportivos revela uma trama complexa no tecido social brasileiro.

¹ Como parte da luta pela redução da jornada de trabalho “o lazer nasce da busca pela conquista de um tempo liberado de trabalho, através do qual se pudesse exercer atividades que objetivassem a produção cultural livre” (FIGUEIREDO, 2009, p. 43).

Muito mais do que simples eventos esportivos, se manifesta interiormente, implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Em 2007 tivemos a realização do Pan-Americano Rio 2007³, na cidade do Rio de Janeiro. Este foi o principal evento esportivo que ocorreu no Brasil desde o Pan de 1963 em São Paulo e a Copa do Mundo de 1950.

Somente uma tarefa anunciada no Pan 2007 foi cumprida: o de colocar o Brasil na rota dos Megaeventos Esportivos. Jogos Mundiais Militares 2010 no Rio de Janeiro, Copa das Confederações da FIFA em 2013, Jogos Escolares Mundiais 2013 (Gimnasiade), Copa do Mundo da FIFA em 2014, Copa América de Futebol 2015, Olimpíadas Rio 2016, Universíade 2019 estão entre os principais Megaeventos elencados, dentre outros. Na contramão da priorização do esporte e lazer como direitos sociais “os megaeventos esportivos passaram a constituir o princípio organizador da agenda de esporte e lazer do país” (MASCARENHAS et. al., p. 16, 2012).

Mas como que, de repente, os Megaeventos Esportivos passaram a esta condição? Qual o contexto político brasileiro em Tempos de Megaeventos? Quais os interesses e intenções que se escondem nos “vestiários” e não são revelados ao grande público? Como a população brasileira tem se posicionado frente à realização desses Megaeventos?

A história recente do país foi marcada pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal. Após 3 tentativas frustradas

2 Sobre a questão dos legados sociais nos Megaeventos esportivos recomenda-se a leitura de trecho da entrevista de Eddie Cottle *autor do livro: South Africa's World Cup: A Legacy For Whom?* (Copa do Mundo da África do Sul: um legado para quem? (2012): “Diziam que haveria um legado porque seria a primeira Copa do Mundo a ser realizada na África. Falavam que os ganhos seriam muito maiores que os investimentos públicos gastos para sediá-la. [...] Mas a realidade é que a Copa não forneceu tudo o que a mídia prometia, nem em relação aos compromissos do documento de candidatura. O que vemos é que as Copas do Mundo são veículos para a acumulação de capital privado em uma escala global, em que a Fifa atua como facilitadora. Em termos de acumulação de capital, não há nada igual, nem mesmo nos velhos tempos do imperialismo ou na globalização moderna. A Copa recebe toda essa atenção precisamente porque os ultrapoderosos são aqueles que mais se beneficiam dela. Para isso, eles fabricam mentiras descaradas para o público. Dizem que haverá grandes investimentos, que o país vai se beneficiar do turismo, que haverá emprego e [que o evento] trará toda essa glória para o país. Pelo menos o último ponto é verdadeiro. O país é deixado com a glória de sediar a Copa, mas a um custo significativo para a sociedade e os pobres em geral (PRAÇA, 2011)”

3 O Ministério do Esporte tratou o Pan como política pública e criou por Decreto Presidencial uma Secretaria Especial do Pan-Americano Rio 2007, na função de coordenar as ações de mais 16 Ministérios, de diversas estatais e da Presidência da República, além de atuar como interlocutora entre o Executivo federal e o Comitê Organizador do Pan-Americano (CO-RIO) e as demais esferas de governo envolvidas na organização do evento.

(1989,1994 e 1998), Luis Inácio Lula da Silva consegue se eleger Presidente da República Federativa do Brasil, cuja posse foi em 2003.

Apesar das concessões visíveis na carta programática e na aliança realizada já no período eleitoral, a expectativa era que o governo viesse a atender as expectativas e interesses da classe trabalhadora. Rompendo, mesmo que de forma lenta, com a agenda neoliberal implementada e fortalecida nos Governos de Fernando Collor de Mello (1989-1992), Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002).

Neste mesmo contexto, na última década, o projeto neoliberal mostrou sinais de esgotamento no Brasil e nos demais países de capitalismo tardio⁴ que adotaram o receituário do Consenso de Washington⁵. De toda forma, isso não significou a retirada do neoliberalismo de campo, muito menos das contrarreformas engendradas pelo Estado, mas pode-se dizer que houve deslocamentos sutis em torno dessas orientações (BEHRING, 2013:01).

A medida provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003, criou o Ministério do Esporte com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais do cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”.

Passados dez anos da criação do ME, o que se vê são elementos que retratam, após um início que indicava políticas sociais universalizantes, uma virada conservadora com o forte de um viés na focalização das políticas sociais. As três Conferências Nacionais de Esporte podem ilustrar bem essa afirmação.

A I Conferência Nacional de Esporte foi em 2004, no segundo ano do Governo Lula e teve como tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” e além das Propostas de Ação aprovadas, teve como objetivo a formulação e

4 O capitalismo tardio caracteriza-se “pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade ‘pluralista’” (MANDEL, 1985: 341).

5 “O Consenso [neoliberal] de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, com rígidos programas de ajustes estruturais. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (‘ajustes de preços’), fim da inflação (‘estabilidade macroeconômica’) e privatização (CHOMSKY, 1999: 10)”.

aprovação de uma Política Nacional de Esporte, adesão à Carta de Brasília (20 de junho de 2004) e a aprovação de uma resolução para a criação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer e a II Conferência Nacional do Esporte, foi dois anos depois, em 2006, e tinha como tema: “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”

Em 2010 foi realizada a III Conferência e o Brasil já havia sido feito o Pan 2007 no Rio de Janeiro e já havia a confirmação da realização em terras brasileiras da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos no Rio em 2016.

Confirmando o redirecionamento das prioridades da Política Nacional de Esporte, a III Conferência teve como tema: “Por um time chamado Brasil; Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Essa Conferência, ignorou o acúmulo das duas últimas, bem como se esqueceu da construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

No plano governamental, em 2004, entre as políticas sociais de esporte e lazer, o carro-chefe do Ministério do Esporte era o Programa Segundo Tempo (PST), um programa social de oferta de atividades esportivas e pedagógicas no contra turno escolar para alunos de 7 a 17 anos. Outro programa social de destaque era o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que no âmbito do Lazer Comunitário ofertava atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) artísticas, esportivas e culturais para crianças, jovens, adultos e idosos.

Sem contar que o conjunto de dispositivos e marcos legais também se somam ao financiamento do esporte de alto rendimento em detrimento ao esporte educacional e de participação que deveria ser “fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos”, o que vai contra ao Capítulo II, inciso VIII, da Lei Pelé⁶. Pode-se afirmar, portanto que a legislação esportiva posterior a Constituição Federal (Lei Pelé, a Lei Agnelo/Piva⁷, A Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, Lei da Timemania, entre outras) vão ao marco da contrarreforma do

6 A Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998) substituiu a Lei Zico (Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993),

7 A Lei Agnelo/Piva (Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001) destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais sejam repassadas para o COB, uma entidade privada de organização esportiva.

Estado, que favorece o mercado e não garante os direitos sociais para toda a população.

No campo do esporte e do lazer, empreende-se, portanto, uma “virada” conservadora. Onde no início do governo Lula, a disputa (capital x trabalho) pela hegemonia estava indefinida, com bons avanços na formulação e construção de programas sociais que pudessem garantir o acesso ao esporte e lazer como direitos sociais (muito mais no PELC que no PST), mas que com o avanço da coalizão do bloco no poder com os grandes oligopólios do esporte, os Megaeventos tornaram-se a estratégia acertada para os interesses de acumulação do capital.

BIBLIOGRAFIA

BEHRING, Elaine. *Desigualdade e Política Social no “Neodesenvolvimentismo” Brasileiro*. Texto inédito (texto disponibilizado pela autora), 2013.

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desporto, 1997

CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas?* Bertrand Brasil: São Paulo, 1999.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. *Política e Formação : o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno*. Dissertação (Mestrado em Educação Física – Faculdade de Educação Física, UnB, Brasília, 2009.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª Ed. Annablume, SP, 2006,

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. SP, Abril Cultural, 1982, Capítulo 15

MASCARENHAS, F., ATHAYDE, P. F. A., SANTOS, M. R. dos, MIRANDA, N. N. *O Bloco Olímpico: Estado, Organização Esportiva e Mercado na configuração da Agenda Rio 2016*. Revista da ALESDE, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, outubro 2012.

NETTO, J. P. *Introdução ao Método na Teoria Social*. Expressão Popular, 2011.

PRAÇA, A. *Entrevista com Eddie Cottle. África do Sul 2010: legado no bolso da FIFA e seus parceiros*. Acesso em 03/03/2012, <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1041>